

Representante da Fapesp no Consu é acusado de plágio

Transcrevemos neste Boletim Especial artigos publicados no Estado de São Paulo do Jornalista Elio Gaspari, do Prof. Paulo Miceli, chefe do Departamento de História da Unicamp e do Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda, professor de História da USP, a respeito de plágio que teria sido praticado por este último que é Vice-Presidente da Fapesp e representante desta no Conselho Universitário da Unicamp.

A acusação de plágio é gravíssima, uma vez que envolve um dirigente da mais respeitada agência de apoio à pesquisa do país e também, membro do Conselho de uma das mais importantes universidades do Brasil.

O Consu, em respeito a si próprio, deveria solicitar à Fapesp a substituição de seu representante e esta, em benefício de toda a comunidade científica, afastá-lo de sua Diretoria.

“Copistas foram úteis, mas na Idade Média”

Paulo Miceli

Sob o título de *Toda a História*, esconde-se um caso de pirataria intelectual. Logo na página 7 do livro, Jobson & Piletti apresentam o que acreditam ser os passos decisivos da evolução da historiografia, desde o que chamam história-crônica (Antigüidade), passando pela história-ciência do século 19, pela história-total (?) - que “procura ultrapassar a aparência imediata dos fatos e atingir as explicações mais profundas” - até chegar à nova história-social (história da cultura, mentalidades, representações, mitos, vida cotidiana). Talvez por modéstia, esqueceram-se do método que praticam: a história-cópia, a história-apropriação. Ou será que buscam seguir o exemplo dos velhos copistas medievais, que consumiram suas vidas no abnegado e paciente trabalho que salvou do esquecimento alguns monumentos da cultura greco-latina, copiando-se para a posteridade? Entretanto, desde Gutenberg (1394-1468), foram dispensados esses esforços em favor da cultura, e já que o ato praticado por Jobson & Piletti tem por objetivo a comercialização do “produto”, a coisa tem outro nome. Está mais para o caso meramente policial do que para um episódio da história da cultura.

Reproduzir, na totalidade, as cerca de cinquenta páginas que Jobson & Piletti copiaram do livro *História moderna e contemporânea*, de Alceu Pazzinato e Maria Helena Valente Senise, merece destaque especial. Por exemplo, do livro-mãe (Pazzinato-Senise), todo o capítulo sobre América-Latina foi literalmente “apropriado” pelo li-

vro-cópia (Jobson & Piletti). Talvez por lapso, apenas a numeração das páginas escapou à “coincidência”, já que no livro dos copistas da era Internet o capítulo começa na página 384, enquanto no livro-matriz a América-Latina começa a ser tratada na página 385. Além disso, Jobson & Piletti “aproveitaram” todo o suplemento de atualização do livro de Pazzinato e Senise (*URSS - Formação e Queda do Império*), preocupados talvez em preservar sua imagem das rugas que o trabalho de criação e pesquisa deixam no fim de longas noites mal-dormidas, enfrentando o cansaço que vem da busca de melhores soluções para exercer as elevadas funções da relação ensino-aprendizagem. Mas, a pirataria não para aí. Sobre a Guerra Fria, Jobson & Piletti copiaram introdução e texto, além de alguns roteiros de estudo e subtítulos, assim como boxes e notas de rodapé. Indicações de filmes feitas no livro de Pazzinato e Senise foram tomadas pelos copistas, que transportaram-nas para “seu” livro, simulando originalidade e encaixando-as no interior do texto. Interessante, significativo e elucidativo dos princípios que orientam a teoria jobsonpilettiana da história é o tratamento dado às citações que aparecem no livro-mãe (Pazzinato-Senise), onde as fontes são correta e eticamente indicadas. No livro dos copistas, as referências simplesmente desapareceram, levando junto as aspas que são usadas para indicar períodos que não pertencem a quem os transcreveu. Ora, abolida a propriedade intelectual (em prol do benefício próprio, diga-se de passagem), de acordo com a teoria

jobsonpilettiana de toda a história, questões de autoria são preconceitos banais, vigorosamente combatidos, por exemplo, pelo imperador Pedro II, que jamais admitiu em sua imperial cabeça qualquer idéia a respeito dos direitos do autor.

Coincidência? Mas, não será possível pensar em coincidência? Quem sabe não se pode creditar o fato a um espírito absoluto que, contaminado por algum sátiro brincalhão, tenha resolvido transferir a inspiração de algumas cabeças para outras, dotadas de um par de antenas poderosas que possibilitam a infusão. Ora, infundir também é pôr de infundice, e esta palavra dá nome à "barrela de urina, na qual se põe de molho a roupa muito suja, para depois se lavar mais facilmente" (Cf. Aurélio). De tudo isso, nada sobra além dessas alternativas: ou se fica com o sátiro-absoluto, que Jobson & Piletti incorporam juntamente com as mais de cinquenta páginas do livro de Pazzinato e Senise, ou se está diante de uma coisa muito suja que nenhuma barrela de urina poderá limpar. Outra saída, de difícil utilização, seria solicitar à Associação Brasileira de Normas Técnicas que se transformasse, temporariamente, em Associação Brasileira de Normas Éticas para, sob amparo do Código Civil e da legislação que trata dos direitos autorais, elaborar uma norma onde se estabelecesse o número de palavras, frases, páginas e capítulos de um livro que poderiam aparecer numa publicação posterior, sem que o plágio, puro (?) e simples, acabasse caracterizado.

O que dizer das editoras envolvidas? Por que a editora responsável pelo livro-mãe (Pazzinato-Senise) não processa a editora responsável pelo livro-cópia (Jobson & Piletti)? Simplesmente por tratar-se de uma mesma e única empresa, a editora Ática. Triste constatar que uma casa editorial, a quem a cultura brasileira deve grandes e valiosos serviços, escancare suas portas para que mercadores pratiquem rasteiro mercantilismo, funcionando como receptadora de coisas subtraídas ao trabalho alheio, para revendê-las após nenhuma maquiagem. A criação literária não possui chassis numerados que precisem ser adulterados em oficinas clandestinas para disfarçar o crime da apropriação, mas é também por isso que o ato de criar deve ser protegido - legal e moralmente - contra a ação dos que se julgam acima da lei e não esperam que o sol se ponha para praticar suas ações.

E quanto aos estudantes e professores, para quem dirige-se especialmente o livro didático? Que tipo de consideração podem esperar os consumidores compulsórios dessa pseudo-cultura, amestrados por uma longa tradição que transformou o ensino numa das mais rentáveis atividades econômicas do País? Ora, quando o próprio Ministério da Educação foge à sua responsabilidade de informar a sociedade sobre os livros repletos de erros que, às suas custas, são comprados para distribuição nas escolas, o plágio de Jobson & Piletti parece coisa pequena e talvez não mereça atenção, já que honestidade intelectual, a exemplo da hones-

tidade administrativa, é coisa fora de moda. Mas, isso é apenas pequena parte de um grande mosaico de improbidades, a transformar os programas educacionais em algumas das maiores mentiras nacionais. Assim, enquanto o Ministério da Educação teima em defender os interesses de certa indústria livresca, os estudantes são enganados como sempre, orientados por desinformados professores, ingenuamente influenciados por "educadores" apenas versados na mais estreita e malandra dialética do lucro fácil e ilícito. Mais ainda, em vez de combater as pragas que proliferam em seu quintal, as autoridades educacionais viram reféns de poderoso e empresarial sistema de "ensino", que envolve algumas editoras e "autores", fundações e instituições privadas formadoras de lobbies à custa de alguns políticos, sensibilizados a partir de procedimentos que são de domínio público, defendem vigorosamente os interesses desses usineiros da cultura espúria. É através deles, por exemplo, que se orchestra novamente a desafinada sinfonia contra o ensino superior gratuito, acusando-o de atender apenas à elite, que bem poderia pagar por ele. Verdade, já que a tal elite - seja lá o que se entender por isso - bem poderia custear seu aprendizado. O problema, para ficar apenas num deles, é que a cobrança pelo ensino superior traria como primeiro resultado a impossibilidade de que aqueles que não pudessem pagar (os de sempre...) conseguissem freqüentar a universidade, a não ser que se queira exatamente isso.

Além disso, somos lembrados que o País é pobre e a crise nos abate. Portanto, gastar com educação pode dificultar o uso mais nobre dos recursos que o governo arrecada. Pode ser que a sociedade seja mais bem atendida se o dinheiro que se desperdiça com o ensino continuar destinado a bancos apodrecidos pela corrupção impune ou a empresários que nada arriscam do que seja seu, tudo através de negociatas que, em troca de apoio político, ameaçam transformar o País numa gigantesca Ferrovia de Aço, em cujos vagões embarcamos rumo a trágico mergulho num precipício sem fim.

O presidente da República poderia convocar seus intelectuais para um seminário onde mandasse que discutissem as razões que nos levam a festejar hipocritamente gols feitos com a mão. O seminário poderia durar décadas ou até séculos, já que a Universidade melhor se arranja quando seus Callibans afastam-se dela para cumprir sua vocação de lambe-botas. Quem sabe assim ela concentre esforços para recuperar e manter suas funções mais elevadas e dignas. E é também isso o que se aprende no avesso da teoria jobsonpilettiana da história: há algo de podre - muito podre - no reino da Dinamarca, como escreveu não importa quem, já que essas coisas de autoria e dignidade são probleminhas que não devem preocupar gente séria.

Artigo publicado no Estado de São Paulo em 02.06.96

■ Paulo Miceli é historiador e chefe do departamento de história da Unicamp.

Nós
precisamos
de uma
Associação
Brasileira de
Normas
Éticas



Miceli e a transgressão da ética, em nome da ética

José Jobson de Andrade Arruda

Procedimentos oportunistas, levianos e licenciosos não se admitem em quem porta o título de historiador, chefe do Departamento de História de uma Universidade com a respeitabilidade e o prestígio da Unicamp, pois o que define o perfil do historiador é a busca da verdade, a pesquisa, a investigação.

Quem são os alvos eleitos pela "ira ética" do sr. Paulo? São professores respeitados, que dedicaram 30 anos de serviços à pesquisa e ao ensino na maior Universidade do país, estando próximos da aposentadoria, sem nada, até o momento, que maculasse a sua honra profissional e atentasse contra a sua moral. Pelo contrário, defenderam suas teses, publicaram seus livros, formaram um corpo expressivo de pesquisadores, atuaram na gestão da política científica do país. Também escreveram livros didáticos que se aproximam das 30 edições, há mais de vinte anos no mercado, e que jamais sofreram a pecha de terem se valido de trabalho alheio para dar continuidade à sua existência. O meu livro de *História Moderna e Contemporânea* já formou gerações e serviu de modelo a dezenas de outros textos didáticos publicados nos últimos 22 anos. Não preciso, pois, copiar livros, muito menos de autores semi-alfabetizados nos domínios da história.

Irmãos - Quem somos nós, portanto. Em primeiro lugar, cidadãos que merecem minimamente respeito. Em segundo lugar, professores universitários de Universidades co-irmãs. Em terceiro lugar, educadores e historiadores irmãos de ofício do sr. Paulo Miceli. Será que não merecíamos por parte do iracundo articulista o *benefício da dúvida*. Dirige-se a nós como se fôssemos literalmente lixo, sem o mínimo respeito intelectual por nossas vidas. Será que é porque estamos próximos da aposentadoria e precisamos ceder lugar ao arrivismo dos mais novos, como o professor Miceli? Custaria ter nos ouvido, perguntando mesmo que por interposta pessoa sobre o nosso posicionamento diante da acusação?

Explicações - Ao assumir as demandas dos autores expropriados (coisa que também faríamos se tivéssemos sabido) fixou-se exclusivamente numa versão do fato, excluindo-nos do direito de dar a nossa explicação, a nossa versão, realizando um rito sumário no julgamento, expondo-nos e as nossas famílias ao escárnio da opinião pública, cabendo-nos o fardo de demonstrar pelo resto de nossas vidas que não éramos culpados. O sr. Paulo Miceli ser arvora na condição de delator, promotor de acusação e juiz ao mesmo tempo. É o fim da história. O fim da ética na academia.

Qual o caminho escolhido pelo acusador? O caminho sóbrio do estabelecimento dos fatos, da pesquisa, da indagação, da dúvida. Não. Preferiu o caminho fácil do sensacionalismo barato que tanto serve à mídia irresponsável. Preferiu o linchamento moral. Expôs-nos ao opróbrio da comunidade científica. Portou-se como se estivéssemos no Antigo Regime, quando o ônus

da prova cabia ao acusado. Como professor de História Moderna teria sucumbido à ideologia do tempo? Age como se não tivéssemos passado pela Revolução Francesa, que consagrou os direitos do homem e do cidadão. A postura assumida revela um passado longínquo que teima em não morrer. Que outros passados remotos serão revividos pela ação deletéria desse historiador? Passados terríveis, não tão distantes, que puniam sem julgar, em nome da ética das conveniências.

Qual o historiador revelado por este procedimento. O bom historiador, aquele que não fica no nível da primeira evidência, que procura ultrapassar a natureza imediata dos fenômenos e captar o seu real significado? Não, revela-se o historiador submetido à imposição descritiva do arquivo. As provas empíricas que tinha à mão, descritas com voracidade, tornaram-se a história, a verdade. Será que não é capaz de entender a necessidade de revolver as camadas de deposição retórica que os acontecimentos encerram?

Como vamos qualificar este procedimento profissional? Imaturidade, afoiteza, leviandade, arrivismo? O que estará por traz de uma tal atitude? A defesa ética de humildes historiadores que não tiveram dúvidas em fazer um "acordo" e embolsar a vil pecúnia ao invés de processar os responsáveis e a editora, que teria sido a atitude efetivamente "ética" e daria aos acusados a oportunidade de saber do que se passava e tomar, como certamente tomaríamos, a defesa dos que foram espoliados em seus direitos? Quase um ano depois do acerto é evidente que se deseja um novo pagamento, pois argumenta-se que R\$ 50 mil pagaram apenas os danos materiais, não morais! Então é isso. É ética ou dinheiro? Ou é a ética do dinheiro? E nesse contexto, onde fica nosso tribuno de plantão? Qual o interesse escuso por detrás da terra arrasada. Abrir espaço para que um texto concorrente ocupe o seu lugar?

Que outro motivo poderia explicar essa razão canibal? O desejo irrefreável de notoriedade? O galgar rápido do estrelato da fama? A conquista dos umbrais do poder? Cuidem-se os seus colegas mais próximos, os seus líderes e liderados pois poderão ser "as próximas vítimas" do vilipêndio. O sr. Paulo Miceli escondeu a verdade. Ele sabia, como sabiam os autores do texto copiado que a fraude fora cometida pelo redator do livro, o jornalista Mylton Severiano da Silva, cujo nome consta da contracapa, sob o crédito redação. Mas isso não interessaria aos seus propósitos. Precisava de um peixe grande, capaz de elevar sua heroicidade aos píncaros da glória delativa. A tal ponto, que ameaça "chamar a polícia", não a justiça. É assim que pretende agir em sua vida profissional, invocando o rabeção e o pau-de-arara para punir os seus desafetos antes de ouvir as suas explicações!

Mídia - O professor Paulo Miceli, doutor pela Unicamp, Chefe do Departamento de História acaba de inaugurar uma nova/nova história: a história do linchamento moral de seus pares sem a neces-

sária investigação, calcada apenas nos indícios sintomáticos. A submissão plena à *mídia*, sem nenhum preconceito ou escrúpulo a *aquiagorização* da história, indigna de um historiador dessa egrégia Universidade. O senhor terá que provar em juízo que fui o autor do plágio, pois o ônus da prova lhe cabe. Do contrário, exigirei reparação por perdas e danos, pelo fato de ter enlameado a minha honra e a minha moral.

Artigo publicado no Estado de São Paulo em 09.06.96

■ José Jobson de Andrade Arruda é professor titular de História Moderna do Departamento de História da USP.

O professor colou

Elio Gaspari

São conhecidos os mecanismos de repressão que os professores e os colégios aplicam aos alunos apanhados colando nos deveres escolares. O professor José Jobson de Andrade Arruda, titular de História Moderna da Universidade de São Paulo, está ensinando que, quando um mestre é apanhado colando a patuléia, tem de abaixar a cabeça e guardar silêncio.

Aconteceu o seguinte:

O professor Jobson é autor de um dos mais difundidos livros didáticos de História Moderna e Contemporânea. Sua editora, a Ática, teve a idéia de publicar um novo volume, fundindo seu trabalho com uma História do Brasil escrita pelo professor Nelson Piletti. Juntaram-se em 450 páginas dois textos que somavam 1,5 mil. No ano passado a garotada começou a estudar no livro *Toda a História*. Sua capa informa que os autores se chamam José Jobson de Arruda e Nelson Piletti. Os direitos autorais rendiam a cada um algo em torno de R\$ 1,00 por exemplar vendido. Bom dinheiro para uma obra que já vendeu 100 mil exemplares.

La tudo muito bem, com a editora vendendo, os autores recebendo e os jovens estudando, até que o professor Paulo Miceli, da Universidade de Campinas, soube que no *Toda a História* estavam transcritas 53 páginas de um livro de dois colegas seus. Capítulos inteiros, como o do Bloco Socialista, palavra por palavra. Não haviam copiado só o texto, mas até mesmo os exercícios.

Os autores reclamaram e chegara se a um acordo. A editora pagou 50 mil reais pela apropriação e o caso parecia discretamente encerrado até que há duas semanas o repórter Ulisses Capozzoli destampou a panela e o professor Miceli acusou a malfeitoria.

O que parecia apenas um caso de plágio transformou-se num episódio de plágio, prepotência e mistificação. A prepotência ficou por conta do professor Jobson. Escreveu um artigo em que chama Miceli de linchador, leviano, licenciado, arrivista, afoito, delator, oportunista, iracundo, imaturo e canibal. Sobrou também para a imprensa "irresponsável" que cata "sensacionalismo barato".

A mistificação, por conta da explicação oferecida para o episódio. Segundo a editora Ática e o próprio Jobson, uma vez tomada a decisão de se fundirem os dois livros, o serviço foi entregue a um redator, o jornalista Mylton Severiano da Silva. Foi dele o transplante. O professor Jobson, portanto, seria uma vítima do plágio do redator e da ira de Miceli.

Para quem confia em livros didáticos, teria sido muito melhor se o professor Jobson fosse o responsável pelo plágio, pois nesse caso teria havido uma só impropriedade. Do jeito que ficou o caso, onde havia um problema há agora dois, pois ao plágio acrescenta-se o fato de o professor Jobson ter assumido a autoria de um livro que não escreveu. Ele sustenta que examinou o trabalho do redator e considerou-o razoável, não tendo se dado conta de que havia 50 páginas copiadas de trabalhos alheios. Tem toda razão quando diz que não podia perceber isso, pois não lera a obra-mãe. Na obra original do professor Jobson não há exercícios no fim dos capítulos. Na fusão feita pelo redator, há. Chega-se assim a uma situação na qual um professor titular da Universidade de São Paulo acha natural deixar a cargo de um redator a tarefa de conceber os exercícios que a garotada deverá fazer depois de um dia de estudo.

É aí, e não na questão do plágio, que está o aspecto maligno do episódio. O professor assinou o que não escreveu. Logo ele, vice-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, entidade responsável pela seleção de projetos para receberem verbas públicas. Se um estudante assina o que não escreveu, é posto para fora do colégio. Se um pesquisador assina o que não estudou paga as penas do inferno. Já o professor Jobson assina o que não escreveu, passa exercícios que não concebeu e, uma vez denunciado, repreende o bedel.

Seria demais pedir aos seus colegas da USP e da Fapesp que agissem num caso desses com os critérios das grandes universidades e centros de pesquisas, mas será de menos aceitar que ele se coloque na condição de vítima. Até porque, a esta altura, vítima mesmo foram os estudantes que compraram gato por lebre.

Se o professor Jobson tem respeito pelo que escreve, convém que leia a página 133 de *Toda a História*, num trecho efetivamente escrito por ele. Tratando do Renascimento e das práticas dos pintores de seu período de esplendor, ele ensina:

"Grandes artistas passaram a fazer o esboço e assinar a tela, executada por outros, o que aumentava o lucro e reduzia a criação."

Foi isso o que lhe sucedeu, com duas diferenças. Nem seu livro é um Rafael, nem Rafael ganhava pelas suas Madonnas o ervanário que rendem os livros didáticos de grandes tiragens em Pindorama.

Artigo publicado no Estado de São Paulo em 12.06.96

■ Elio Gaspari é jornalista no Estado de São Paulo.

①

②

4

③

④

